

CARTA DE ELOGIO¹

Luiz Eduardo Greenhalgh²

S

ão Paulo, março de 2024.

Ilma. Sra.
Ana Célia Navarro de Andrade

Prezada Professora,

¹ Carta recebida e classificada por Ana Célia Navarro de Andrade, presidente da ARQ-SP e editora gerente de OFFICINA, a partir do glossário “Cartas, ofícios, memorandos e outras modalidades de correspondência em Arquivos públicos e privados” (São Paulo, 2019, p. 7. Impresso em PDF), de autoria de Ana Maria de Almeida Camargo, no qual o tipo documental carta de elogio é assim definido: “[carta] em que se enaltecem as qualidades de determinada pessoa e de sua conduta ou atuação”.

² Luiz Eduardo Greenhalgh é advogado formado pela Universidade de São Paulo, que atuou na defesa de presos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira, entre outras causas. Como militante de direitos humanos colaborou com a fundação de diversos movimentos e entidades da sociedade civil em oposição ao regime, dentre elas o Comitê Brasileiro pela Anistia (1976), o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - Clamor (1977-1991), o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (1980), além de exercer a coordenação do projeto "Brasil Nunca Mais" (1979-1985). Foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e exerceu carreira política como deputado federal e vice-prefeito de São Paulo (1989-1993). No congresso, participou da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



Honra-me V.Sa. com o convite para escrever um depoimento sobre a participação de nossa querida e inesquecível professora Ana Maria de Almeida Camargo no Projeto Brasil Nunca Mais - BNM, do qual fui eu um dos responsáveis.

É certo que o projeto BNM foi, para Ana Maria, um marco de seu reconhecimento profissional, da excelência de sua competência e dedicação pessoal.

É certo que o seu desempenho no BNM fez inscrever o seu nome como referência obrigatória na arquivologia brasileira e na luta da resistência democrática, pelo viés da defesa dos Direitos Humanos em nosso país.

Entretanto, peço permissão a V.Sa. para, digamos assim, “ampliar o escopo” de abordagem que gostaria de fazer, como testemunha, sobre Ana Maria Camargo.

Explico. É que sua participação no Projeto BNM, a meu convite, não deveu-se somente às suas qualificações profissionais, como arquivista e historiadora. Não. Ao que me é dado recordar sua indicação deveu-se também - e principalmente - à confiança política e pessoal que nutria por ela, produto de um sem números de fatos, casos e circunstâncias que vivemos juntos, antes do BNM, os quais nos levaram juntos para trabalhar num projeto arriscadíssimo do ponto de vista da segurança: em plena ditadura militar; com extração de processos da LSN³ dos arquivos do STM⁴; com extração de cópias xerox “capa a capa” desses processos; com a remessa dessas cópias de BSB⁵ para SP; com a microfilmagem deles e o envio para o Exterior; com a análise desses processos, um por um, e a separação das peças mais importantes e incriminadoras do regime, etc...

E isso, repito: em pleno regime militar e por alguns anos seguidos, até o Relatório Final e a publicação do livro BNM, pela Editora Vozes.

Um trabalho hercúleo, feito em condições rígidas de segurança, a clandestinidade absoluta.

Hoje, quando penso nisso, vejo com clareza os riscos que todos corremos. Hoje quando penso nisso, penso o quanto acertadas foram as escolhas feitas na montagem daquela equipe e recordo-me, com carinho, de todos(as) que dela participaram.

E, agora, para esse texto, especialmente dela: Ana Maria Camargo que conheci

³ Nota do editor (N.E.): Lei de Segurança Nacional.

⁴ N.E.: Superior Tribunal Militar.

⁵ N.E.:Brasília.



nos idos de 1973, nas dependências do Escritório RENOV⁶, dirigido pela Professora Maria Nilde Mascellani, idealizadora do projeto dos ginásios vocacionais e cassada pelo AI-5⁷. Ali montamos um pequeno grupo de estudos que se reunia mensalmente, para análise da conjuntura, troca de informações, reflexão sobre textos literários e políticos.

Ana Maria participava desse grupo. Sempre com observações inteligentes e apropriadas. Dentre nós, se distinguia por suas reflexões pessoais. Fomos nos aproximando, tínhamos ideias parecidas. Opiniões semelhantes. Viramos amigos.

Depois de algum tempo e diante das péssimas condições a que estavam submetidos os(as) presos(as) políticos(as) em São Paulo, resolvemos, por ideia e iniciativa da Madre Cristina Sodré Doria, educadora, psicóloga, fundadora e diretora do Instituto *Sedes Sapientiae*, montar outro grupo, agora para prestar assistência aos presos políticos e suas famílias. Esse grupo se reunia todos os sábados   tarde, por não mais de três horas, por questões de segurança, nas dependências do *Sedes Sapientiae*, então localizado na Rua Caio Prado.

Entr vamos aos poucos para não chamar a aten o e faz mos o mesmo na hora da saída.

Além da Madre Cristina, da Maria Nilde e de mim mesmo, participavam dessas reuniões, (e que eu ainda me lembro) os Padres Guilherme e Luiz Giuliani, da zona sul de SP, as Professoras Leila Visani, psicóloga e Cecília Guaran  da equipe do Vocacional, o pessoal do RENOV, Cristina Godoi, Alice, Pedro de Carvalho Pontual e Paulo Maldos e o Frei Benjamim, do Convento de São Bento, pessoa dotada de alto grau de cultura e de conhecimento filosófico.

Além dessas pessoas, (e de algumas outras que, infelizmente, a memória não recorda) participavam alguns familiares de presos políticos, como Celeste Fon (irmã de Aton Fon Filho), Maria Lucia Morano (irmã de Reinaldo Morano Filho), Ester Gianini (irmã de José Carlos Gianini) dentre outros.

E, além desses todos, ali estava também a companheira Ana Maria Camargo.

Esse grupo fez, por um bom tempo, um trabalho muito importante, denunciando

⁶ N.E.:Rela es Educacionais e do Trabalho.

⁷ N.E.:Ato Institucional n  5, de 13 de dezembro de 1968.



as condições carcerárias dos presos, as torturas sofridas pelos mesmos nos aparelhos repressivos; dando apoio às suas lutas (como por exemplo, as reiteradas greves de fome que faziam para melhorar as condições carcerárias) e divulgando os seus trabalhos de artesanato, etc...

Ana Maria nunca faltou a uma reunião dessas. Nunca chegou atrasada e nunca deixou de prestar solidariedade aos presos políticos e suas famílias.

O tempo foi passando e nossa amizade ficou mais profunda. Veio a época em que além dos nossos presos começamos a ter que lidar com os perseguidos políticos argentinos que fugiam para o Brasil para obterem refúgio político na Europa. Naquela época não havia escritório do ACNUR no Brasil. Portanto, o contato com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados era feito por interpostas organizações e até que o exilado tivesse a aceitação da condição de refugiado para algum país da Europa e isso, levava meses.

Começamos então a tentar solucionar esse problema. Eram muitos os refugiados. Mesmo com o auxílio da Cúria Metropolitana de São Paulo, que, por orientação de D. Pulo Evaristo, franqueou algumas casas paroquiais em bairros periféricos para hospedar essas pessoas pelo tempo necessário à tramitação dos papéis europeus, a demanda era maior e começamos a ter que formar outra rede.

Lembro-me que, certa feita chegou ao meu escritório uma senhora com sua filha de 9 anos. Ela era uma das Vice-Reitoras da Universidade de Buenos Aires. Sua casa fora invadida pela repressão e ela fugiu para cá. Não tinham onde dormir. Não tinham onde ficar. Vieram com a roupa do corpo. De improviso, as levei para casa. Mas comigo também as condições de segurança não eram das melhores.

Falei com Ana Maria Camargo. Consultei se ela podia hospedá-las por algum tempo até que conseguissem a condição de refugiadas políticas e fossem para a Europa.

Ana Maria disse-me, constrangida, não ser possível. Morava com a mãe, pessoa idosa e doente. Não tinha como atender a essa solicitação. Agradei e disse que ia procurar outra solução. Na tarde do dia seguinte Ana Maria apareceu no meu escritório e disse-me: Por que a gente não aluga um apartamento para elas? Eu disse que achava arriscado. Que para locação precisava de documentos pessoais. Que os contratos de



locação eram de, no mínimo, um ano, etc... e além disso os zeladores, naquela época, eram obrigados a comunicar ao DEOPS⁸ cada novo morador nos edifícios.

Ela insistiu. Ponderou que, às vezes, a locação é feita diretamente com o proprietário dispensando certa burocracia e, às vezes, também, o período podia ser menor.

Apesar dessas considerações, agradeci e disse-lhe que o melhor mesmo era achar alguém de confiança, que pudesse abrigá-las com segurança em sua própria casa. Nos despedimos.

Dois dias depois Ana Maria voltou para me dizer que tinha alugado um pequeno apartamento mobiliado na Bela Vista, (aliás, perto da Auditoria Militar) em seu nome, diretamente com o proprietário, por 6 meses prorrogáveis por mais 6, se fosse necessário.

Meio incrédulo, lembro de ter perguntado: E se elas obtiverem o refúgio antes dos 6 meses? Ela respondeu meio irônica: "o local fica disponível para o próximo necessitado, ora".

Não preciso dizer que mãe e filha ficaram hospedadas nesse apartamento, até a ida, meses depois, para a Europa como refugiadas políticas, reconhecidas pela ONU.

Pouco tempo depois desse episódio a mãe de Ana Maria veio a falecer. Ela ficou muito abatida e triste. Ainda se recuperando veio conversar comigo. Disse-me que tinha uma casa no Jardim Bonfiglioli que estava vaga e que ela não pretendia morar lá. E, que, portanto, se eu precisasse podia dispor dela para acolher os refugiados políticos que necessitassem.

Agradeci e não me fiz de rogado. De imediato coloquei uma argentina, que estava no Brasil clandestina e que os documentos da ACNUR estavam demorando demais.

Essa refugiada era companheira de um dos mais perseguidos políticos argentinos, porque tinha fugido de um cárcere político. Ela ficou meses nessa casa do Jardim Bonfiglioli, até que, finalmente, vieram os documentos e ela se foi.

Em seguida, pedi para Ana Maria, abrigar nessa casa, uma militante brasileira, cujo marido estava preso e condenado pela LSN. Ela estava sendo procurada pela repressão.

⁸ N.E.: Departamento de Ordem Política e Social.



Essa militante sofria de depressão, de delírio persecutório, de solidão (chorava com frequência). Ana Maria, além de oferecer a casa, passou a assisti-la presencialmente, até que finalmente, o marido dela foi solto e houve a reunião familiar.

Assim era Ana Maria de Almeida Camargo: Comprometida. Solidária. Determinada. Discreta. Formada na luta.

Foi por isso que, quando iniciado o Projeto Brasil Nunca Mais, cujo primeiro nome foi Projeto TPP - Testemunhos Pró-Paz, procuramos formar uma equipe de absoluta confiança, que pudesse levar com segurança, adiante e até o fim, o que, efetivamente, resultou o maior libelo contra a ditadura elaborado sobre os documentos oficiais (processos judiciais) da própria ditadura.

Assim, penso ter explicado os motivos pelos quais Ana Maria Camargo fez parte da equipe BNM, tendo desempenhado um trabalho de excelência nos arquivos do Projeto, que a consagraram até hoje.

Mas quis fazer ver a todos, em dois pequenos episódios, quem foi a militante Ana Maria de Almeida Camargo, que conheci antes e cuja atuação a qualificou para o BNM.

Certo da sua compreensão em permitir essas digressões pessoais, renovo meus sinceros agradecimentos desse honroso convite.

Atenciosamente,

Luiz Eduardo Greenhalgh
Advogado

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

